

Livros para homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX

Leonardo Mendes

Submetido em 02 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 11 de novembro de 2016.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 53, janeiro de 2017. p. 173-191

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

(a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

(b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

(c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

(d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>
Quinta-feira, 19 de janeiro de 2017
15:59:59

LIVROS PARA HOMENS: SUCESSOS PORNOGRÁFICOS NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX

BOOKS FOR MEN: PORNOGRAPHIC FAVORITES IN LATE 19TH CENTURY BRAZIL

Leonardo Mendes¹

RESUMO: *Até final do século XIX, comprar e ler livros licenciosos no Brasil era um hábito caro e secreto, quase sempre reservado às elites. A partir de 1880, é possível notar uma crescente visibilidade da literatura pornográfica. A mudança tinha a ver com a expansão do mercado editorial e da leitura nas duas últimas décadas do século. Recém-liberado das amarras da escravidão e da monarquia, o país experimentava a euforia de uma nova era. Novos editores surgem na cena dispostos a investir na publicação e venda de impressos. O conceito de "livro pornográfico" se expande e se consolida como uma faixa reconhecível do mercado livreiro. Nesse trabalho, vamos conhecer os livros pornográficos preferidos pelos leitores do período.*

PALAVRAS-CHAVE: *Pornografia; história do livro e da leitura; Brasil republicano; Historiografia literária.*

ABSTRACT: *Until the late 19th century, buying and reading licentious books in Brazil was an expensive and secret habit, almost always reserved for the elites. From 1880 onwards, it is possible to notice a growing visibility of pornographic literature. The change had to do with the expansion of publishing and of reading in the last two decades of the century. Newly released from the bonds of slavery and the monarchy, the country experienced the euphoria of a new era. New editors appear in the scene willing to invest in the publication and sale of printed matter. The concept of "the pornographic book" expands and becomes a recognizable range of the book market. In this work, we will study the favorite pornographic books of the period.*

KEYWORDS: *Pornography; Book History and the History of Reading; Republican Brazil; Literary historiography.*

1. Introdução

Chamamos de “livros pornográficos” os impressos que eram classificados como literatura licenciosa por livreiros e leitores do passado, mesmo que não tivessem sido escritos e publicados para esse fim. A palavra “pornografia” apareceu pela primeira vez no livro *Le Pornographe* (1769), do escritor francês Nicolas Restif de la Bretonne (1734-1806), que propunha a regulamentação da prostituição (KENDRICK, 1987). No contexto original, pornografia significava “histórias de prostitutas”. Foi só a partir de meados do século XIX que a palavra adquiriu o sentido que nos é familiar, passando a designar impressos com representações explícitas de órgãos e práticas sexuais criadas para causar sensações físicas nos leitores (HUNT, 1999). No sentido estrito, portanto, a

¹ Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Letras pela University of Texas at Austin, EUA, leonardomendes@utexas.edu

pornografia (como um fim em si mesma) só aparece no segundo oitocentos. É quando começamos a ver escritores produzindo especialmente para essa faixa do mercado livreiro. Antes disso, como ocorria no romance libertino do século XVIII, o sexo era uma forma secundária de crítica à Igreja e ao Estado. Embora escrevessem livros obscenos, os escritores libertinos viam sua obra como comentário político e social (DARNTON, 1996; KEARNY, 1982). Isso não impedia, entretanto, que os livros fossem vendidos e lidos como histórias com nudez e sexo. A leitura não pressupõe a adesão do leitor às crenças e aos fins dos livros (CHARTIER, 1994). No Brasil, a categoria de “livro pornográfico” incluía impressos de origem variada, sobrepondo-se às noções tradicionais de nacionalidade, tempo, gênero e escola literária. Estranha aos sistemas literários nacionais e às escolas literárias, julgada perigosa e imoral, a literatura pornográfica é de difícil absorção pela historiografia tradicional. Nesse estudo, vamos conhecer os livros pornográficos mais bem sucedidos entre leitores brasileiros do final do século XIX. Nossas fontes são notas, notícias, resenhas, críticas de jornais e anúncios de livrarias, assim como a ficção do período.

2. O mercado editorial e o livro pornográfico

Embora referências à compra, venda e leitura de livros pornográficos não sejam fáceis de localizar na documentação, sabemos que eles circulavam no Brasil desde os tempos da colônia. Em sua pesquisa sobre os usos do livro na América portuguesa, o historiador Luiz Carlos Villalta (2012) mostrou como a leitura de livros libertinos era disseminada no mundo luso-brasileiro. Os livros estavam na mira da Inquisição e por isso eram posses secretas. Era arriscado discuti-los em público e raramente apareciam em anúncios ou em vitrines de livrarias. Livros libertinos não podiam circular livremente (VILLALTA, 1999). Na tentativa de burlar a censura e despistar a perseguição policial, era expediente comum indicar locais falsos de impressão na folha de rosto dos livros (GALVES & ABREU, 2007). No romance *Inocência* (1872), do Visconde de Taunay (1843-1899), o tio de Cirino de Campos tinha em casa um baú onde guardava os romances de Sade e outras produções libertinas. Mantidos longe das vistas (MAINGUENEAU, 2010), os livros pornográficos eram trancados à chave em gavetas ou amalocados em baús secretos nas casas de família.

A partir de 1880, é possível notar uma mudança na relação dos livreiros e leitores com o livro pornográfico. O processo ligava-se à expansão da atividade editorial e da leitura que ocorre no período, especialmente no Rio de Janeiro. O impresso pornográfico, nacional ou importado, ganhava espaço nos jornais de grande circulação. Em notas, articulistas começavam a nomear e comentar livros pornográficos. Surgem novos livreiros, como Pedro Quaresma, da Livraria do Povo, e Domingos de Magalhães, da Livraria Moderna, que atuavam com mais visibilidade no mercado da literatura popular e pornográfica. Essas livrarias forneciam um circuito alternativo às elegantes Garnier – editora de Machado de Assis – e Laemmert, na rua do Ouvidor (EL FAR, 2004). O Rio de Janeiro tinha meio milhão de habitantes, 8 teatros, em torno de vinte livrarias e algumas dezenas de tipografias (BEZERRA, 2016; RENAULT, 1987). A cidade era o destino predileto de migrantes nacionais e de estrangeiros. Com metade da população alfabetizada, o Rio de Janeiro era lar de milhares de leitores potenciais. O livro barateava e a leitura se popularizava. O conceito de “livro pornográfico” se expandia e se estabelecia como uma faixa reconhecível do comércio livreiro. A

percepção de que havia um mercado para esses livros era crucial para a decisão dos livreiros de investir nessas edições.

As livrarias anunciavam os impressos como “Livros (ou Leitura) para Homens”, geralmente em enormes reclames de ampla oferta, na terceira ou quarta página dos jornais. Apesar de sugerir uma interdição patriarcal, a denominação servia para designar o tipo de livro à venda. “Livros para Homens” dizia que tais obras eram pornográficas, ou ao menos picantes (EL FAR, 2004). Isso não impedia que as mulheres as lessem. Uma piada comum das colunas humorísticas era a história da esposa que confessara ao padre ter lido todos os “Livros para Homens” do marido. No manual de “filosofia prática” *O que as noivas devem saber* (1905), a Condessa de Til aconselhava a higiene íntima após a leitura de certos “romances equívocos”, capazes de provocar “abundante ejaculação glandular” em mulheres solteiras, casadas ou viúvas (1905, p. 96).² Em 1885, a Livraria do Povo oferecia uma coleção de livros licenciosos aos “pândegos de qualquer qualidade, sexo ou idade”, deixando claro que, a bem do comércio, visavam a um público mais amplo.³ A leitura licenciosa ainda se fazia secretamente, mas havia agora um nome aceitável e reconhecido para designar livros sobre sexo, que podiam ser anunciados e vendidos a preços módicos. Embora muitos condenassem a visibilidade desses livros, o Código Penal de 1890 não proibia a publicação e circulação de impressos pornográficos.⁴

Havia outras expressões, em variações que acentuavam o caráter secreto, erótico e divertido das coleções: “Biblioteca Reservada”, “Biblioteca Picante”, “Biblioteca do Solteirão” ou “Livros Pândegos”. Os livreiros prometiam uma experiência de leitura que “afugentava os desgostos, desenvolvia os nervos e ativava a vontade”.⁵ Os livros eram bons para a saúde, pois abriam o apetite e ajudavam a “desenferrujar no tempo frio”.⁶ Mais direta, a Livraria do Povo vendia “Livros para Homens” com o conselho ao leitor de que reforçasse “os botões das calças” antes da leitura.⁷ A livraria dispunha de variada coleção de impressos pornográficos anônimos, com títulos como *Contos nervosos que produzem tremeliques nas moças*, *Rimas inocentes que produzem faísca*, *A virgem devassa*, *A maneira de tratar as mulheres como elas merecem*, *Memórias de uma insaciável*, entre outros. Havia títulos impubescíveis que a livraria, para incitar os leitores, só divulgava na loja. Para “ajudar o sistema nervoso”, não havia “quejandas”

² “Condessa de Til” era um dos pseudônimos do escritor português Alfredo Gallis (1859-1910), sobre quem falaremos adiante. Com o pseudônimo, o autor publicava na imprensa uma coluna de conselhos para a vida íntima, assim como manuais de “filosofia prática” para ambos os sexos.

³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 maio 1885, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

⁴ O artigo 282 do Capítulo V do Código Penal de 1890, “Do ultraje público ao pudor”, previa pena de prisão de 1 a 6 meses a quem viesse a “ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público, ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajem e escandalizem a sociedade”. Não fazia referência a impressos pornográficos. Ver <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 20 jul. 2015.

⁵ *A Pacotilha*, Maranhão, 03 jul. 1895, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

⁶ *Gazeta de Notícias* Rio de Janeiro, 4 maio 1886, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1885, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

como as da Livraria do Povo.⁸ A leitura pornográfica era associada à força vital e à alegria. Os impressos eram capazes de fazer acelerar o coração, ou, quem sabe, causar uma ereção e um orgasmo – uma experiência de satisfação física e mental, um refrigério para os rigores da vida em sociedade.

Os livros custavam entre 1 e 10 mil-réis. Anunciado como livro licencioso e vendido a 3 mil-réis, o romance naturalista *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845-1890), equivalia, em preço, a uma refeição barata para dois no Largo da Carioca (EL FAR, 2004). A primeira edição de *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857-1913), pela Livraria Garnier, saiu a 2 mil-réis – um livro barato. *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha (1869-1897), pela Livraria Moderna, custava 3 mil-réis, mas 2 mil-réis era o preço médio de uma brochura de duzentas e poucas páginas. Havia a opção de adquirir os baratíssimos panfletos pornográficos apócrifos, que custavam entre 200 e 1 mil-réis, mas, se quisesse aumentar o prestígio da coleção e adquirir um volume ilustrado dos poemas de Bocage, o leitor teria que despender 5 mil-réis.⁹ Os títulos mais cobiçados eram comercializados na faixa dispendiosa de 8 a 10 mil-réis, especialmente quando traziam “estampas”, o que era comum, sendo a ilustração um componente-chave do livro licencioso (ABREU, 2008). No Rio de Janeiro, vender livros pornográficos era um bom negócio. No final do século XIX, havia opções para todos os bolsos. Alguns comerciantes alegavam que tais vendas constituíam o principal movimento da livraria (MAGALHÃES, 1895).

Além de impressos pornográficos anônimos, uma autêntica coleção licenciosa abrigava pelo menos quatro tipos de livro: 1. Romances libertinos franceses e ingleses (séc. XVIII); 2. Pornografia anticlerical portuguesa e francesa (sec. XVIII e XIX); 3. Romances naturalistas portugueses, franceses e brasileiros contemporâneos; e 4. Uma ficção pornográfica contemporânea portuguesa e brasileira. Como os romances libertinos, os romances naturalistas não haviam sido escritos para “ativar a vontade” do leitor. A pornografia anticlerical pressupunha, é claro, vigorosa crítica à Igreja. Dos quatro tipos, portanto, somente a ficção pornográfica contemporânea havia sido escrita para causar sensações físicas nos leitores. Com exceção dos naturalistas, os livros pertencentes aos outros tipos mencionados podiam ser publicados com o nome do autor e o local de impressão falsos. O romance libertino, a pornografia contemporânea e a pornografia anticlerical eram mais clandestinos do que a ficção naturalista, mas eram todos “romances de fogo”, na descrição da Livraria Cruz Coutinho.¹⁰ Os livros franceses e ingleses circulavam no original e em traduções. A maior parte das traduções vinha de Portugal, embora algumas livrarias brasileiras – como a Garnier e a Livraria Católica – tivessem sua própria equipe de tradutores e publicassem traduções locais.

Partindo das quatro principais categorias de “Livros para Homens”, vamos selecionar uma obra de cada e estudá-la de forma mais detida. Sabemos que essas obras eram bem sucedidas pela frequência com que aparecem na documentação como literatura licenciosa. 1. O romance libertino francês *As aventuras do Cavalheiro de Faublas*, de Jean-Baptiste Louvet du Couvray (1764-1797), publicado em três partes em Paris, entre 1787 e 1790; 2. *Os serões do convento*, na vertente da pornografia

⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 mar 1885, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 maio 1894, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1896, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

anticlerical, publicado em Lisboa por volta de 1850, pelo pseudônimo M. L.; 3. O romance naturalista brasileiro *O aborto*, de Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), publicado pela Livraria do Povo, no Rio de Janeiro, em 1893; e 4. *Volúpias: 14 contos galantes*, uma coleção de contos pornográficos de “Rabelais”, pseudônimo do escritor português Alfredo Gallis (1859-1910), publicada em 1886, provavelmente em São Paulo. O livro de “Rabelais” era a vanguarda da literatura pornográfica em língua portuguesa, escrito e publicado “para ajudar o sistema nervoso”. Os livros de M. L. e de “Rabelais” eram especialmente populares. Sabemos que *O aborto* vendeu impressionantes 6 mil exemplares. Podemos supor que os números relativos aos “Livros para Homens” mais antigos, como Faublas e *Os serões do convento*, fossem ainda mais robustos.

3. *Faublas* e o romance libertino

No século XIX, “libertino” era sinônimo de “pornográfico” e/ou “obsceno”. Livros libertinos dos séculos XVII e XVIII formaram o primeiro *corpus* pornográfico moderno, mesmo que fossem, na origem, “livros filosóficos”, engajados em elaborados debates intelectuais (GOULEMOT, 2000). Nos livros libertinos, a teatralização, o travestismo, o jogo, a aventura e a intriga eram mais importantes do que o sexo (TROUSSON, 1996). Entretanto, o sexo era bastante para “ativar a vontade” do leitor, num mundo pobre de representações sexuais e no qual a literatura era o principal veículo de difusão de informação sobre sexo (VARTANIAN, 1977). No Rio de Janeiro, livros libertinos como o anônimo *Teresa Filósofa* (1748) e *Fanny Hill* (1748), do escritor inglês John Cleland (1709-1798), podiam ser encontrados com facilidade nas livrarias, dividindo espaço com Émile Zola (1840-1902), mestre do naturalismo na França, e “Rabelais”, na seção de “Livros para Homens” (EL FAR, 2004). Tanto a pornografia contemporânea quanto o romance naturalista se construíram a partir da tradição libertina, compartilhando temas e configurações narrativas, tais como a personagem da mulher dona de seu destino, a centralidade do corpo e do sexo, o anticlericalismo e o voyeurismo, assim como a elocução calma e distanciada, tomada ao discurso científico, que evitava julgar.

Na origem, no século XVII, “libertino” era um sujeito *liberto* de inibições e amarras sociais. A libertinagem era um empreendimento de libertação, no plano das ideias e dos costumes (ROUANET, 1998). O sexo era visto como um estímulo à inteligência (CASTRO, 2006). Pelo século XIX, a palavra “libertino” já adquirira o sentido de comportamento fora do padrão, geralmente reprovável. Na imprensa e na ficção do final do século, o “libertino” era namorador, conquistador, mas também bêbado e jogador. Libertino era o homem ocioso. Em 1881, no intuito de ajudar as leitoras a identificar um libertino, o jornal carioca *A mãe de família* o descrevia como sujeito “habitado a viver só de prazeres, sempre em teatros, cafés etc., [que] não se ocupa em trabalho algum, nem intelectual, nem material”.¹¹ No sentido do romance *Gustavo, o libertino*, a partir do original *Gustave le mauvais sujet* (1821), de Paul de Kock (1793-1871), o libertino era imprevidente e irresponsável. Era sobretudo um sujeito que gostava de sexo a ponto de torcer as normas sociais e legais para obtê-lo. Em

¹¹ *A mãe de família*, Rio de Janeiro, n. 9, maio 1881, p. 70. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

1896, uma nota policial intitulada “Libertino”, no *Cidade do Rio*, descrevia o tipo clássico: Eugênio César de Azevedo, 38 anos, casado e pai de cinco filhos, deflorou e engravidou a enteada de 16 anos. Para que a jovem cedesse, prometera casamento. A própria esposa do libertino fez a denúncia na delegacia.¹² Quando a libertinagem aparecia nas colunas policiais, o libertino tornava-se um fora-da-lei, com o charme ambíguo do bandido audacioso e sedutor.

No contexto dos “Livros para Homens”, o romance libertino era promessa de aventuras galantes, uma fantasia de liberdade econômica e sexual, sem interdição ou culpa. Focado na aristocracia francesa pré-revolucionária, falava de um mundo fechado sobre si mesmo. Nele, as pessoas viviam alheias aos problemas materiais e às dificuldades econômicas. Todos dispunham livremente de seu tempo. Tendo o salão e o *boudoir* como palcos, a existência libertina era perpétua encenação (TROUSSON, 1996). O livro de Louvet abordava a introdução de um jovem herdeiro nesse universo, relatando suas formas de sedução, disfarces e aventuras, no formato de memórias, em três partes: *Les Amours du Chevalier Faublas* (1787); *Six semaines de la vie du Chevalier du Faublas* (1788); e *La Fin des amours dus Chevalier Faublas* (1790) (RIVERS, 1911). Os três volumes podiam ser reeditados em um ou dois volumes, geralmente com o título genérico de *As aventuras do Cavalheiro de Faublas*. Faublas era incansável, sempre pronto a partilhar a cama de mulheres da alta e da baixa sociedades, viúvas piedosas, freiras, mulheres de rua e donzelas. Sem medo ou ansiedade, o herói libertino acumula encontros amorosos. O disfarce era o segredo que abria as portas das alcovas e o conduzia por uma série de metamorfoses, inclusive de gênero e posições sexuais.

O livro de Louvet circulava como pornografia no Brasil desde o início do século XIX (ABREU, 2000). Em 1836, a Livraria Laemmert, no Rio de Janeiro, foi obrigada a retirar das vitrines exemplares franceses de *Faublas* depois da denúncia anônima de um “inimigo dos maus livros”.¹³ Com o título de *Picarescas aventuras do Cavalheiro de Faublas*, uma edição em três volumes traduzida e publicada em Lisboa, em 1874, também circulava no Brasil. Ao redescrever Faublas como “herói pícaro”, o tradutor português dava-lhe roupagem mais palatável e alcançava público mais amplo, dando-lhe conotação de “traquinias”, extravagante e divertido. Em 1891, a Livraria do Povo vendia exemplares em francês em dois volumes com o título *Les aventures du Chavalier du Faublas*. Enriquecidos de “primorosíssimas estampas”, tinham o preço salgado de 10 mil réis.¹⁴ Mas havia outra edição francesa mais barata, num único volume, com o título de *Histoire du Chavalier du Faublas*, por 4 mil-réis.¹⁵ Quando o abastado coronel M. Cotta morreu, em junho de 1894, no Rio de Janeiro, e sua biblioteca foi a leilão, havia uma edição francesa do livro.¹⁶ Em 1893, a Livraria Cruz Coutinho anunciava a venda de *Faublas* na categoria de “Livros para Homens”, incluindo ali “romances perigosos”

¹² *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1896, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1836, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

¹⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1891, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

¹⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05 dez. 1892, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

¹⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1894, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

de Zola, como *Nana* (1880) e *O ventre de Paris* (1873).¹⁷ Num anúncio da Livraria Econômica em 1886, as *Aventuras de Faublas* apareciam ao lado de *O crime do Padre Amaro* (1875), de Eça de Queirós (1845-1900).¹⁸

Aparentemente o preço alto do livro de Louvet no Brasil não era empecilho para sua popularidade. Nas vinhetas humorísticas dos jornais, era comum a piada das noviças que, nos conventos, liam *Faublas* com mais afinco do que os evangelhos. No poema “Um cadáver de poeta” (1852), uma das razões de Álvares de Azevedo (1831-1852) para destilar melancolia era que “Faublas tem mais leitores do que Homero”. Em pelo menos duas crônicas do final do século, Valentim Magalhães (1884; 1895) destacou *As aventuras do Cavaleiro de Faublas* como livro pornográfico conhecido. O personagem era uma variação da lenda de *Don Juan*, popular a ponto de o jornal carioca *Corsário* se referir a um notório sedutor de mulheres, Mariano de Azevedo, como “o Faublas brasileiro”. O libertino mantinha amantes na casa que habitava com a mulher e as filhas, no Rio de Janeiro, e forjava casamentos falsos em viagens pelo país, com o único intuito de obter sexo, até que se enfiasse. Durante o tempo de juventude em Paris, escreveu um diário no qual registrou “proezas dignas de figurar nas memórias de Faublas”.¹⁹ Confirmando a importância do livro como referência pornográfica no período, em 1873 surgiram as aventuras picantes dos descendentes do herói de Louvet, *O neto de Faublas*, pelo pseudônimo F. X. de N.,²⁰ anunciada nas seções de “Livros para Homens”, ao lado de *Os serões do convento* e outras obras para “desenferrujar no tempo frio”.

4. *Os serões do convento* e a pornografia anticlerical

A pornografia anticlerical se especializava em histórias sobre o apetite sexual insaciável de padres e freiras (EL FAR, 2004). O ataque à corrupção e hipocrisia da Igreja por meio do discurso pornográfico (notadamente na figura do padre libidinoso) vinha do humanismo renascentista, animara a pena dos escritores libertinos e chegara ao século XIX como um subgênero pornográfico à parte. Um livro popular dessa vertente foi a *Martinhada*, um “poema épico-obseno” português do século XVIII que contava as aventuras sexuais do Frei Martinho de Barros, famoso pelo apetite sexual insaciável e pelo pênis de dimensões colossais. Tais livros divulgavam a visão de uma Igreja corrupta e faziam muito sucesso. Os mosteiros tornavam-se cenário de orgias. Padres e freiras se transformavam em meros corpos ativados. Espaços e objetos religiosos eram dessacralizados, pondo sob suspeição a legitimidade da Igreja, das hierarquias e do pensamento religioso. Percebe-se, desse ponto de vista, como *O crime do Padre Amaro* cabia nessa descrição. O “padre sem fê” foi um personagem paradigmático da ficção naturalista (e da pornografia), como o corrupto cônego Diogo, em *O mulato* (1881), de Aluísio Azevedo, assim como os incréus de *La faute de l'abbé Mouret* (1875), de Zola, e *O missionário* (1888), de Inglês de Sousa (1853-1918). No final do século XIX, a

¹⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1893, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

¹⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1886, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

¹⁹ *Corsário*, Rio de Janeiro, 20 out. 1880, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

²⁰ Alguns estudiosos alegam que o pseudônimo representava as iniciais do escritor português Faustino Xavier de Novais (1820-1869), cunhado e amigo de Machado de Assis, mas não se sabe com certeza (JANUZZI, 2009).

pornografia anticlerical incluía desde o romance naturalista canônico a impressos pornográficos de autores obscuros, como *Amores secretos de Pio IX*, de Léo Taxil (1854-1907).

No Brasil, nenhum livro atendeu com mais sucesso à demanda de pornografia anticlerical do que *Os serões do convento*. A primeira e mais conhecida edição, em três volumes de bolso, era da Tipografia do Bairro Alto de Lisboa, sem endereço ou data, mas publicada em meados do século XIX. O pseudônimo de M. L. deixava claro que o autor considerava o livro perigoso a ponto de ocultar sua verdadeira identidade. Algumas fontes atribuem-no ao escritor português José Feliciano de Castilho (1810-1897), que terminou a vida no Brasil, mas não se pode afirmar o autor com certeza (EL FAR, 2004). O livro foi tão bem sucedido que em 1860 apareceu uma edição pirata no Rio de Janeiro, num único volume. Foi desde o início um livro conhecido pelo título, com autoria irrelevante e descartada nos anúncios das livrarias. Em 1896, a livraria carioca Cruz Coutinho vendia *Os serões do convento* pelo preço abusivo de 10 mil réis – prova de seu alto valor de mercado. Prometia ao leitor “uma leitura escaldante para gente fria, que fazia abrir o apetite e irritar os nervos, o que se pode desejar de melhor”.²¹ Valentim Magalhães (1895) testemunhou a venda de um exemplar a um leitor idoso e bem-vestido, com ares de comendador. Para Alessandra El Far (2004), *Os serões do convento* eram o principal livro pornográfico no Brasil no final do século XIX.

O livro de M. L. pertencia a uma sensibilidade humanista clássica, de um mundo pré-industrial. Como em *Faublas*, não havia vocabulário chulo em *Os serões do convento*. O tom era galante, erudito e libertino. Para descrever a penetração sexual, usava a metáfora do rato entrando na ratoeira. Falava com nostalgia dos dias de glória dos conventos, quando a imagem da freira enclausurada era um potente fetiche sexual. O materialismo obsceno do livro o aproximava das obras do Rabelais renascentista e de Bocaccio, inclusive na repetição de enredos pornográficos, como a história do jovem jardineiro (falsamente) mudo e ideal para os planos das freiras de ter relações sexuais em segredo. De fato, *Os serões do convento* repetem a estrutura narrativa básica do *Decameron*: a roda de conversa picante entre amigos, para passar o tempo e aumentar a intimidade. Os “serões” estavam ligados ao prazer da troca e do convívio, quando, ao entardecer, com o estômago satisfeito e as tarefas cumpridas, era chegada a hora da “pândega”. Uma dezena de freiras se alternavam na contação de elaboradas histórias picantes e cômicas, geralmente relacionadas às próprias experiências sexuais em conventos, mas também a peripécias em contextos profanos.

Nessa categoria se destacava o relato “O baile fosfórico”, que narrava uma fantasia pornográfica clássica: a orgia de carnaval. De evidente matriz libertina, o baile carnavalesco envolvia complexos rituais de mascaramento e controle, inclusive médico, para evitar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis. O sigilo era absoluto, nada era forçado e qualquer um poderia se retirar na hora que quisesse, só ou acompanhado. O ponto alto era a entrada de homens e mulheres numa grande sala escura e mobiliada, vestindo apenas uma máscara e uma pomada fosforescente nos órgãos genitais. O baile era uma excitante fantasia de liberdade sexual total num ambiente seguro, como explicava o anfitrião:

²¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1896, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

O que naquela sala se executa é tudo quanto passar pela cabeça a Vossas Senhorias e a Suas Excelências, para o que, graças às trevas, cada um e cada uma se acha ali em perfeita liberdade, e ninguém aqui concorre senão para gozar dela (M. L. s.d., p. 146).

Pelo viés cômico, *Os serões do convento* visitava temas que a ficção naturalista retoma com dicção séria. Um exemplo era a interdição sexual para a mulher sem marido, que o naturalismo explorou nos famosos “casos de histeria”, como a infeliz Magdá, em *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo. O relato “Remédio infalível” abordava a profilaxia de um “caso de histeria” no convento. A madre superiora andava triste e aborrecida, sem apetite, “quaisquer dois passos a cansavam”, “ia-se finando em pé”. Uma curandeira diagnosticou o problema como falta de sexo e garantiu que o melhor tratamento para ataques histéricos era “um homem, e bem forçoso, quando não, dois” (p. 55). De fato, o título do romance de Aluísio apontava para o que estava em falta (MÉRIAN, 2013). A aplicação do tratamento garantiu que em pouco tempo não houvesse “em toda a casa senão saúde e alegria” (p. 59). Desse ponto de vista, o livro de M. L. apresentava um “caso de histeria” com final feliz, em contraste com os sisudos romances naturalistas, mas partiam ambos da premissa materialista de que o celibato forçado era antinatural e causa de doença. A própria palavra “remédio”, no título, remetia ao contexto médico apreciado pelo naturalismo.

Essas e outras histórias eram narradas pelas freiras, que assumiam o lugar da “narradora materialista feminina” da tradição libertina, identificável em *Tereza Filósofa e Fanny Hill* (JACOB, 1999, p. 185). Tais narradoras cultivavam o livre pensamento e expressavam seus desejos sexuais de forma tão veemente como os homens. Não eram legalmente livres, mas eram donas de suas ideias e tinham autoestima intelectual. No naturalismo, o melhor exemplo da mulher dona de seu destino foi Lenita, em *A carne*, descrita como independente e “viril” (RIBEIRO, 2002, p. 73), capaz de debater sobre filosofia e ciência de igual para igual com qualquer homem. Em *Os serões do convento*, as freiras reivindicavam a liberdade de pensamento: “o falar era tão livre como o pensamento, que é a mais livre cousa, ou a única livre deste mundo” (p. 71). Para compensar a vida de exclusões no convento, restava-lhes a imaginação. Desde o século XVII, a pornografia foi um empreendimento masculino, produzido por homens para ser consumido por homens (HUNT, 1999). Nesse sentido, as narradoras femininas davam voz a fantasias masculinas, mas também representavam um desafio ao *status* subalterno das mulheres na sociedade (DARNTON, 1996; JACOB, 1999).

Em *Os serões do convento*, os homens eram objetificados, isto é, transformados em objeto de consumo, troca e descarte entre as freiras libertinas, invertendo a lógica patriarcal da circulação de mulheres como mercadorias entre os homens. As várias passagens de voyeurismo atestavam o prazer feminino de ver partes íntimas do corpo masculino, mas, na pornografia, o homem objetificado nunca é inocente. No relato do “jardineiro mudo”, um rapaz de 20 anos é contratado pelo convento e torna-se consolo das freiras. Toda a congregação passa a cumprir disciplinado rodízio no uso consentido do seu corpo. O jardineiro tinha prazer em se exhibir para as devotas, que espreitavam atrás de portas ou espiavam pelo buraco de fechaduras, em típica configuração libertina. As ilustradas e divertidas freiras de *Os serões do convento* eram narradoras de uma tradição materialista e obscena, focada no corpo físico e seus movimentos, que incluía a pornografia anticlerical e a ficção naturalista. É fácil perceber como a leitura do cobiçadíssimo livro de M. L. era uma experiência hilariante e liberalizante para homens e mulheres.

5. *O aborto e o romance naturalista*

Pode causar estranheza que o romance naturalista fosse apropriado como literatura pornográfica no momento de sua primeira circulação, mas para o leitor do final do século XIX, o anticlericalismo, a centralidade do corpo físico e a enunciação distanciada do naturalismo aproximavam-no da pornografia. Ambos tinham como base o cientificismo e o materialismo, e advogavam a ideia de que a natureza era moralmente neutra. O posicionamento não-julgador era central na resistência ao naturalismo e na percepção de seu pendor pornográfico. A acusação de que o romance naturalista era imoral foi constante na Europa e no Brasil. Muitos achavam que os escritores naturalistas escreviam pornografia velada por uma intenção científica. Na provinciana Fortaleza de *A normalista* (1893), romance de estreia de Adolfo Caminha, ser flagrada lendo Zola era suficiente para arruinar a reputação das moças de família. José Veríssimo (1857-1916) denunciou a presença de uma “tradição pornográfica” subterrânea no naturalismo (1977, p. 179). A ficção naturalista era rotineiramente confundida com pornografia, mesmo pelos homens de letras (MENDES, 2014). Para se defender das acusações, os escritores evocavam, quase sempre em vão, uma intenção pedagógica (SANTANA, 2015). O intuito, alegavam, não era incentivar a imoralidade, mas denunciá-la por meio da observação e do estudo. Como a historiografia tende a naturalizar a autoimagem dos escritores, ela confirma que os romances naturalistas eram pedagógicos, sem considerar as formas como os livros eram apropriados e lidos por leitores não-especialistas e livreiros.

No Brasil, *O aborto* foi o romance naturalista que melhor evidenciou a interface da estética com a pornografia. O próprio autor evocava a chave licenciosa na dedicatória, quando reconhecia que muitos poderiam julgar o livro “pornográfico, imoral e bandalho” (2015, p. 21). Como desejava se apresentar como escritor sério, Figueiredo Pimentel negava que fosse imoral, mas encontrava consolo na ideia de que escritores naturalistas da grandeza de Zola e Eça também foram julgados assim, reivindicando a glória de pertencer a esse panteão. Para o autor, somente sujeitos habituados a ler *Os serões do convento* e a ver licenciosidade em tudo julgariam *O aborto* obra pornográfica. Feita para negar o parentesco, a comparação com o popular livro de M. L. só fazia confirmar, aos olhos do público, as semelhanças entre as obras. Numa resenha ambígua que evitava citar o título do livro em respeito aos leitores (mas também para incitá-los), Coelho Neto (1864-1934) fez o vínculo com a literatura libertina e escreveu que *O aborto* tinha o “sabor picante” das “memórias do Marquês de Sade” (CALIBAN, 1893, p. 1).²² Araripe Júnior (1848-1911), um crítico simpático ao naturalismo, acusou o livro de estar “cheio de ousadias pornográficas” que fariam recuar “os mais atrevidos naturalistas” (ARARIPE JUNIOR, 1963, p. 172).

Quatro anos antes, a obra havia circulado em folhetins no jornal niteroiense *Província do Rio*. Fazendo referência ao artigo do código penal do Império que criminalizava o aborto, o folhetim chamava-se *O artigo 200*. A publicação causou furor em Niterói (CATHARINA, 2013). Revivendo a sina de Flaubert quando publicou *Madame Bovary* na *Revue de Paris* (KENDRICK, 1987), Figueiredo Pimentel foi

²² “Caliban” era um dos pseudônimos de Coelho Neto, usado para assinar contos picantes nos jornais, posteriormente publicados em formato de livro com o título de *Álbum de Caliban* (1898), pela Livraria Laemmert. Era sintomático que Coelho Neto assinasse a resenha de *O aborto* como “Caliban”.

obrigado a reescrever o final da trama, depois da redação do jornal ter sido inundada por cartas anônimas, “reclamações diárias sem conta” e devoluções de assinaturas. Como Flaubert, o escritor publicou uma nota na edição do dia seguinte ao fim abrupto do folhetim, revelando que fora obrigado pelo proprietário do jornal a terminar a história de modo “diferente do que projetara e escrevera”. Para os leitores que esperavam a “descrição completa dos fatos naturais” e ficaram frustrados com o desfecho melodramático, prometia para breve a “edição correta e aumentada” do folhetim em formato de livro. Seria sucesso de escândalo garantido. Em Figueiredo Pimentel, a adesão ao naturalismo visava mais ao sensacionalismo do que ao cientificismo da estética (MENDES, 2015).

Para o livreiro Pedro Quaresma, que publicou *O artigo 200* em formato de livro, como prometido, sem cortes e com novo título mais comercial, tais percepções eram promessa de boas vendas. A má fama pregressa do escritor e a possibilidade de comercializar obras naturalistas na faixa do livro popular e pornográfico eram incentivos para se arriscar na empreitada. A partir de janeiro de 1893, o livreiro começou a anunciar em notas nos jornais da cidade o lançamento do “empolgante romance naturalista” de Figueiredo Pimentel. Quando o livro chegou às livrarias, em março, ao preço acessível de 2 mil-réis, Quaresma publicou uma nota reafirmando o vínculo com outros escritores naturalistas, como Zola e Paul Bonnetain (1858-1899), autor de um romance sobre a masturbação, *Charlot s’amuse* (1883), que em 1885 fora processado por atentado ao pudor, com grande repercussão na imprensa. Confiante, concluía: “*O aborto* promete um grande sucesso de livraria, tendo todos os elementos para agradar ao público amante do gênero”.²³ A referência à masturbação pela evocação do livro de Bonnetain deixava claro que, no imaginário de leitura do período, o livro naturalista era bom para “afugentar os desgostos”.

O aborto impactou toda a sociedade brasileira (VIEIRA, 2015). Uma nota raivosa no *Jornal do Brasil* declarou que o livro escandaloso só podia ter saído da pena de um escritor imoral como Figueiredo Pimentel, e denunciou autor e obra à polícia.²⁴ Com vendas de milhares de exemplares, o livro foi um clássico da literatura licenciosa e sucesso comercial para a Livraria do Povo. O romance narrava com linguagem científica a vida breve de Maria Rodrigues, de 17 anos, natural de Rio Bonito, que, ao lado dos pais, muda-se para Niterói nos últimos anos da monarquia, em busca de uma vida melhor. Descrevia de forma direta e franca as consequências de uma gravidez indesejada e interrompida por um aborto, com referências explícitas à urina, menstruação e preservativos. Em configuração libertina, como ocorre em *A carne*, a moça toma a iniciativa de ir ao quarto do homem – seu primo Mário, de 23 anos – na primeira noite. Tal comportamento antipatriarcal, efeito do “livre pensar” das heroínas, era o cerne do caráter pornográfico dos livros:

Mário sentiu-se mal, com febre, atordoado, ao mesmo tempo deslumbrado pela beleza da moça. Invadiu-lhe de súbito um grande desejo de cópula, preso de uma potência desenfreada, com o pênis teso, ereto, repuxando a colcha. (...) Então a rapariga, sempre serena, apoiando a mão direita no colchão, inclinou-se, fazendo saltar os seios rijos, turgentes, pela gola larga da camisa, e deu-lhe um beijo na testa.

²³ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1893, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

²⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1893, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Em nada pensou. Desvairado, alucinado, louco, agarrou-a pela cintura, arremessou-a brutalmente sobre a cama, forçou-lhe as pernas resistentes, separando-as, e, deitado por cima, beijando-a, mordendo-a, enterrando-lhe a língua na boca até quase a garganta, abraçando-a com frenesi, num longo e estreitado aperto, gozou-a uma vez... duas vezes... três vezes... (PIMENTEL, 2015, p. 67).

Mário não queria ter sido desleal com os tios que lhe davam casa, comida e carinho, dormindo com a filha deles, mas não pôde resistir à ronda de Maricota. O sexo era uma força vital em ambos. Era uma experiência desejável, tão boa que valia a pena repetir três vezes e fazer um aborto para não interromper o hábito. Tanto a ereção do rapaz quanto o orgasmo triplo do casal, descritos em linguagem direta e neutra, sem metáforas libertinas, testavam os limites entre o naturalismo e a pornografia. Nem Zola, Eça, Aluísio ou Adolfo Caminha ousaram tanto. Os jovens repetem a façanha outras vezes. Quando Mário se acovarda e recua, Maricota o julga um tolo por abrir mão de “gozá-la” (PIMENTEL, 2015, p. 72). Podemos imaginar como era libertador para o leitor jovem que se falasse com essa franqueza não-julgadora sobre sexo e partes íntimas do corpo. Para os jovens, os livros naturalistas eram contra a moral e a religião (BULHÕES, 2002). Eram livros que faziam bem ao corpo, embora suponhamos que o leitor compreendesse as diferenças de estilo e grau de investimento no sexo que separavam *O aborto* de *Os serões do convento* e de *Faublas*. Na descrição do livreiro maranhense Júlio Ramos, *O aborto* era um “Livro Pândego”, capaz, como os outros, de fazer acelerar o coração e bombear sangue.²⁵ Isso sugere que para os primeiros leitores do livro, a morte de Maricota, ao final (intuito moralizante?), era menos importante do que suas picantes aventuras transgressivas.

Fazendo jus a seu caráter de obra licenciosa, *O aborto* produzia sua própria lista de “Livros para Homens”, na qual o romance de Figueiredo Pimentel reverbera como obra da mesma estirpe, amplificando seu alcance como impresso popular e pornográfico no Brasil no período. No romance, Mário tinha em casa um baú em que guardava uma pequena coleção de livros licenciosos. Os livros eram posses secretas, para serem manuseados em segredo. Tanto ele quanto Maricota interagem com os livros. São momentos íntimos de aprendizado sobre sexo e contato com o corpo. Eram sete livros: *Nana* (1880), de Zola; *O homem*, de Aluísio Azevedo; *A carne*, de Júlio Ribeiro; *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós; *Esposa e virgem* (1870), um “romance de sensação” do escritor francês Adolphe Belot (1829-1890); e, talvez mais importantes, *Os serões do convento* e *Volúpias: 14 contos galantes*, de “Rabelais”. Ao ler os livros, Maricota se transforma, “reparando em vários episódios que não compreendia bem, mas onde pressentia grandes imoralidades. Apreciava-os somente pelo lado da bandalheira” (PIMENTEL, 2015, p. 72). O mesmo valia como chave de leitura do livro de Figueiredo Pimentel. Na resenha demolidora do escritor Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), *O aborto* se equiparava a *Volúpias* em “depravação moral” (1893, p. 1). Como o próprio Figueiredo Pimentel declarara na dedicatória, pouco se importava se *O aborto* fosse chamado de livro “bandalho”.

6. *Volúpias* e a pornografia contemporânea

²⁵ *A Pacotilha*, Maranhão, 03 jul. 1895, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

A pornografia que surge no circuito luso-brasileiro no final do oitocentos demarcava um espaço novo de circulação de histórias sobre sexo. O trabalho pioneiro de Alessandra El Far (2004) trouxe à luz autores licenciosos do período que vendiam livros em quantidade superior aos escritores consagrados pelas histórias literárias. Para uma historiografia habituada a pensar a obra como entidade imaterial, dados sobre a venda do livro são irrelevantes, mas ao menos servem para pôr sob suspeição o lugar-comum de que não se lia no Brasil no século XIX. Havia muitas opções a preços em conta e lia-se bastante (EL FAR, 2010), mas não os livros que aprendemos a valorizar na formação escolar tradicional. Por dedução, a historiografia interpreta o relativo desinteresse do público pelos livros canônicos como falta de leitores na sociedade. A pesquisa sobre a literatura pornográfica revela, entretanto, uma realidade de milhares de leitores ávidos por livros e leitura. A explosão dos impressos pornográficos, baratos e anônimos, atestava a presença desse público leitor, assim como apontava para o refinamento do mercado livreiro, que passava a comercializar obras escritas e publicadas para atender a essa demanda específica. Havia ecos de libertinagem, anticlericalismo e naturalismo nos títulos dos impressos, mas eles não pertenciam mais a essas tradições. Farejando o potencial de atração dessa literatura, a *Gazeta de Notícias* criou no final do século a seção “O Filhote”, na primeira página, na qual testava os limites da escrita licenciosa nos jornais (SIMÕES JUNIOR, 2007). A leitura pornográfica ganhava visibilidade e aceitabilidade.

Alfredo Gallis foi autor famoso de livros licenciosos, com vendas expressivas no Brasil e Portugal (EL FAR, 2004). Ele oferecia uma alternativa pouco conhecida ao domínio da França no mercado oitocentista de literatura pornográfica (SANTANA, 2004). Numa crônica de 1905, João do Rio (1881-1921) o citou como autor predileto dos leitores “imorais” da Biblioteca Nacional (1905, p. 2). Gallis publicava literatura licenciosa com outros pseudônimos, como “Duquesa Laureana” e “Barão Alfa”, manuais de “filosofia prática” como “Condessa de Til”, além de ficção naturalista com o próprio nome (VENTURA, 2011). Como naturalista, seu projeto mais ambicioso foi o ciclo de 12 romances que chamou de *Tuberculose Social*, publicados entre 1901 e 1904, como *Mulheres perdidas* (1901), *Os políticos* (1902) e *A taberna* (1903) – este último com título (e temática do alcoolismo) claramente inspirados em *L’Assommoir* (1877), de Zola. Gallis escreveu outros romances naturalistas de crítica de costumes, com títulos sensacionalistas como *O marido virgem: patologia do amor* (1900) e *Mártires da virgindade: romance patológico* (1900), entre outros, nos quais flertava abertamente com a pornografia (DUARTE, 2015). Como se não bastasse, ainda escrevia fantasias sobre os excessos sexuais dos antigos, em obras como, entre outras, *O sensualismo na antiga Grécia* (1894), *A devassidão de Pompeia* (1909) e o popular *A amante de Jesus* (1893). Publicados em Lisboa, os livros de Gallis estavam disponíveis em livrarias nas principais cidades do Brasil nas seções de “Livros para Homens”, pelo preço médio de 3 mil-réis.

No Brasil, “Rabelais” foi o pseudônimo mais conhecido de Alfredo Gallis. Com ele, assinou vários volumes de contos picantes, como *Afrodisíacos*, *Amorosas*, *Diabruras do cupido*, *Lascivas*, *Libertinas*, *Lúbricas*, *Luxúrias para rir*, *Noites de Vênus*, *Cocotes e Conselheiros*, *Os crimes do amor* e o popular *Volúpias: 14 contos galantes*. Tomando carona na “carnalidade triunfante” e no “baixo corporal” (BAKHTIN, 1984), associados ao Rabelais renascentista, Gallis testava modos de contar histórias com o propósito assumido de “ativar a vontade” do leitor. O

pseudônimo era citado rotineiramente nas colunas de jornal como autor licencioso exemplar. Não era segredo para ninguém que “Rabelais” e Alfredo Gallis eram o mesmo escritor. A notoriedade do “procurado e adorado Rabelais” dava segurança à Livraria do Povo para importar, em 1895, 6 mil exemplares de *Os crimes do amor*, sendo que 5 mil já estavam vendidos para os livreiros dos estados.²⁶ A livraria anunciava o livro de “Rabelais” ao lado de *O aborto* como “romances de leitura escaldante”.²⁷ Era um “grosso volume de 400 páginas”, com gravura colorida picante na capa, ao preço de 4 mil-réis.²⁸ Numa nota na *Gazeta de Notícias* no mês seguinte, a Livraria do Povo gabava-se de ter vendido num só dia 300 exemplares do “apetitoso livro”, que não era barato.²⁹ Eram cifras impressionantes para a época.

Como os outros livros licenciosos estudados até aqui, *Volúpias* é uma raridade bibliográfica. A primeira edição estampa na capa o ano de 1886, mas vem sem o nome do autor e traz São Paulo como local de publicação. Seriam informações falsas para proteger autor e editor? Todos os livros de Gallis foram publicados em Lisboa, onde vivia. Só conhecemos a foto da capa da primeira edição, retirada do catálogo de uma livraria portuguesa. A segunda edição é de 1893. Temos um exemplar adquirido num sebo de Porto Alegre. Traz “Rabelais” como autor e estampa o nome dos editores Antônio Teixeira & Irmão, de São Paulo. No proêmio, Gallis confirma que a primeira edição era mesmo de 1886. Como não menciona troca de editores, é tentador concluir que as duas edições de *Volúpias* foram feitas pelo mesmo editor no Brasil, mas impressas em tipografias portuguesas. Como faziam outras editoras brasileiras na época, a Livraria Teixeira mandava imprimir os livros em Portugal. Além de economizar no custo final dos impressos, a prática facilitava a venda de obras brasileiras no mercado português (PINA, 2015). Publicada no ocaso do Império, num ambiente cultural mais conservador, a primeira edição de *Volúpias* tinha ares de clandestina. A segunda, nos liberalizantes primórdios da república, legalmente pornográfica, vinha com nome do editor e do autor – mais do que um pseudônimo, “Rabelais” era uma *persona* pública do escritor. Continuamente disponível nas livrarias da capital e dos estados até o começo do século XX, *Volúpias* custava entre 2 e 5 mil-réis.

Os comerciantes e irmãos portugueses Antônio Maria e José Joaquim Teixeira atuavam no mercado livreiro de São Paulo desde 1878, quando abriram a Livraria Teixeira na Rua de S. Bento. A livraria era local de encontro da vida letrada na capital. Vendia todo tipo de impresso: manuais práticos, livros escolares, literatura jurídica, material de papelaria e “Livros para Homens” (PINA, 2015). Pelo final da década de 1880, os irmãos Teixeira ocupavam um lugar seguro o bastante na vida comercial e cultural da cidade para se arriscar como editores. Em 1888, obtiveram grande êxito comercial com a publicação de dois livros icônicos da tradição literária brasileira: *A carne*, de Júlio Ribeiro, e *Poesias*, livro de estreia de Olavo Bilac (1864-1918). Os irmãos eram considerados heróis pela juventude da Faculdade de Direito de São Paulo pela coragem de publicar livros naturalistas (BROCA, 1991). Se no imaginário do

²⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 out. 1895, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

²⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1897, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

²⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1895, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

²⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1895, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

período esses romances eram “Livros para Homens”, não estranha que tenham publicado também a literatura de “Rabelais”. Assim que saiu do prelo, *Volúpias* foi colocada à venda em Portugal e no Brasil. Em abril de 1886, o semanário *Pontos nos II*, editado pelo caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), alardeava o aparecimento em Lisboa do livro de “Rabelais”, tão “procurado e adorado” no Brasil quanto em Portugal:

Rabelais publicou recentemente um volume de contos intitulado *Volúpias* e de que naturalmente já não resta um exemplar, se dermos crédito às opiniões que por aí correm sobre o estado do paladar da maioria dos leitores. As *Volúpias*, por isso mesmo que são de molde a não as recomendarmos a meninas solteiras, devem necessariamente a estas horas ter um lugarzinho reservado nas estantes de todos os machos solteiros casados e viúvos.³⁰

No prólogo, ao contrário dos outros autores licenciosos estudados até aqui, Rabelais assumia que os contos eram literatura pornográfica: “Não escrevemos para os eruditos nem para os moralistas; trabalhamos para os despreocupados e para os amigos de picantes menus literários” (1893, p. 6). O livro prometia não só reconectar o leitor com seu corpo, mas também promover o bem-estar físico e mental através do riso, confirmando o padrão de divulgação dos “Livros para Homens”, ideais para “adoçar o aborrecimento dos tristes e a melancolia dos desanimados” (1893, p. 5). Os contos eram “uma gargalhada franca e aberta, dirigida a todos aqueles que os lerem e os absorverem em consecutivas dinamizações” (1893, p. 7). Reforçando o vínculo com o bem estar físico, as histórias eram “guloseimas de fácil digestão e sabor delicado, daquelas que agradam enquanto se comem, sem deixar na boca qualquer sabor desagradável” (1893, p. 7). Como os escritores naturalistas, Rabelais prometia descrever “o amor tal qual ele é, e não como o romantizam” (1893, p. 7). Para usufruir de tudo que o livro tinha a oferecer, sugeria ao leitor observar as seguintes indicações antes de abrir a primeira página: “Pôr de parte a crítica e a austeridade como coisas feias que para aqui não servem. Acender um charuto de puro tabaco havano e beber um cálice de curaçu. Estar só em casa. Conservar o chambre largo para o que der e vier” (1893, p. 9). A leitura pornográfica era galhofeira, opulenta e secreta. O álcool e o tabaco eram prazeres coadjuvantes do prazer da leitura e da masturbação.

Em *Volúpias*, Rabelais oferecia “picante menu literário” para todos os gostos. O livro era um mosaico de todas as tradições pornográficas pregressas e atuais. Os contos exploravam várias combinações sexuais, incluindo o amor entre pessoas do mesmo sexo. Havia as freiras lésbicas do conto “Luiza”, certamente inspirado em *Os serões do convento*. Em “Ligurino”, Rabelais resgatava o cenário orgiástico da Roma antiga para descrever sexo oral e anal entre homens. O conto “Noite de núpcias” acalentava a fantasia de assistir à primeira noite de amor de um casal, mas funcionava essencialmente como os manuais de “filosofia prática” da Condessa de Til, explicando e descrevendo como e o quê fazer na primeira noite, incluindo a importância das preliminares com sexo oral.³¹ As marcas libertinas estavam em todas as partes, desde o adjetivo “galante” no subtítulo ao voyeurismo de contos como “Em flagrante”, que repete uma configuração libertina clássica, verificável em *Faublas*: pela fresta da porta,

³⁰ *Pontos nos II*, n. 51, Lisboa, abril 1886, p. 406. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>. Acesso em: 04 nov. 2014.

³¹ O conto “Noite de núpcias” mostra como a literatura licenciosa podia ser fonte de informação sobre sexo para os jovens, como Maricota e Mário em *O aborto*.

um rapaz observa longamente duas moças se beijando e se acariciando, até que não consegue resistir, invade a cena e fazem um *ménage à trois*. Os contos que não se passavam em conventos ou evocavam o mundo antigo tinham como cenário a Lisboa contemporânea. Nas ruas da Baixa, no Chiado, no Rocio ou na praia, corpos se avistam e se desejam, mas as abordagens e os encontros sexuais são sempre narrados em linguagem galante e libertina. A vagina era “o templo sagrado prometido por Alá a seus escolhidos” (RABELAIS, 1893, p. 96). Tendo como cenário a cidade moderna, esses contos ofereciam uma fantasia de disponibilidade feminina, assalto masculino e sexo explícito, com que se podiam identificar muitos leitores.

7. Conclusão

Aos olhos do leitor do final do século XIX, o que esses “Livros para Homens” tinham em comum? Os livros pertenciam a uma tradição materialista moderna que considerava a vida do corpo físico o local da experiência humana autêntica. Os livros, por isso, compartilhavam o interesse pelos corpos, vistos como simples matéria em movimento, ao mesmo tempo belos e ridículos. Colocavam-se, assim, fora da moral, pois para o materialismo, a natureza, sendo tudo que existia, não podia ser imoral. Livreiros e leitores percebiam os “Livros para Homens” como acessórios legítimos na busca da satisfação merecida do corpo físico – compensações pelas agruras da vida na cidade moderna, solitária e impessoal. Eram livros relaxantes e liberalizantes, a favor do corpo e contra a moral. Os livros faziam sucesso porque convidavam o leitor a se sentir bem no próprio corpo, a relaxar e desfrutar a vida física. Eles advogavam a busca do prazer pelo prazer. Tais propósitos só cabiam, à época, na clandestinidade do discurso pornográfico, ao mesmo tempo aceito e combatido. Todos sabiam onde comprar os “Livros para Homens”, que eram baratos e circulavam dentro da lei. Mas para evitar problemas com pais e padres, era prudente guardá-los num baú e lê-los em segredo. Indissociável do livre-pensamento e do questionamento da autoridade política (HUNT, 1999), a pornografia, como prática de escrita ou faixa do mercado editorial brasileiro nos primórdios da República, era uma marca distinta de modernidade e popularização da cultura impressa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. O rei e o sujeito: considerações sobre a leitura no Brasil colonial. *Revista Convergência Lusíada*, n. 17, Rio de Janeiro, p. 189-201, 2000.
- _____. Sob o olhar de Príapo: narrativas e imagens em romances licenciosos setecentistas. In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra. *Imagens na história*, São Paulo: Hucitec, p. 344-373, 2008.
- ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Movimento literário do ano de 1893. In: _____. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Vol. III: 1895-1900. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1963, p. 101-193.
- AZEREDO, Carlos Magalhães de. O aborto. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1893, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Hedra, 2013.

- BAKHTIN, Michael. *Rabelais and his world*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.
- BEZERRA, Valéria. *Entre o nacional e o estrangeiro: José de Alencar e a constituição da literatura brasileira em cenário internacional*. 2016. 249f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, SP.
- BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: Vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- BULHÕES, Marcelo. *Leituras de um livro obsceno*. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 9-59.
- CALIBAN (pseud. Henrique Coelho Neto). *O Ab... O Paiz*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1893, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. De “O artigo 200” a “O aborto”: trajetória de um romance naturalista. *Letras*, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 37-58, jul/dez 2013.
- CASTRO, Clara Carnicero de. *O sistema filosófico do Marquês de Sade: estudo da elaboração do sistema filosófico do Marquês de Sade a partir das filosofias iluminista e libertina da França no século XVIII*. 2006. 216f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo, SP.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- CONDESSA DE TIL (pseud. Alfredo Gallis). *O que as noivas devem saber. Livro de filosofia prática*. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1905.
- DARNTON, Robert. *Sexo dá o que pensar*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Libertinos e libertários*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, pp. 21-42.
- DUARTE, Aline Moreira. *Naturalismo, histeria e pornografia em Mártires da virgindade, de Alfredo Gallis*. *Soletas*, n. 30, p. 139-157, jul/dez. 2015.
- EL FAR, Alessandra. *Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX*. In: BRAGANÇA, Aníbal & ABREU, Márcia (org.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 89-99.
- _____. *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- GALVES, Charlotte & ABREU, Márcia. *A circulação clandestina de romances e o mistério do “anônimo brasileiro”*. *Remate de Males*, n. 27.1, p. 109-125, jan/jun 2007.
- GOULEMOT, Jean Marie. *Esses livros que se leem com uma só mão. Leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo, Discurso Editorial, 2000.
- HUNT, Lynn. *Obscenidade e as origens da modernidade*. In: _____ (org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Editora Hedra, 1999, p. 9-46.
- JACOB, Margaret. *O mundo materialista da pornografia*. In: Lynn Hunt (org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo, Editora Hedra, 1999, p. 169-215.
- JANUZZI, Eliana. *A vespa do Parnaso, de Faustino Xavier de Novais [manuscrito]: edição e estudo*. 2009. 244f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, UFMG, MG.
- KEARNY, Patrick. *A history of erotic literature*. Hong Kong: Parragon Books, 1982.
- KENDRICK, Walter. *The secret museum: pornography in modern culture*. New York: Viking, 1987.

- LOUVET DU COUVRAY, Jean-Baptiste. Amores de um libertino [As aventuras do Cavaleiro de Faublas]. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1969.
- M. L. Os serões do convento. 3 vols. Lisboa: Typographia do Bairro Alto, s.d.
- MAINGUENEAU, Dominique. O discurso pornográfico. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAGALHÃES, Valentim. Semana Litteraria. A Notícia, Rio de Janeiro, 20 nov. 1895, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- _____. Notas à margem. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 24 abr. 1884, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- MENDES, Leonardo. Biblioteca picante: o naturalismo como produto erótico. In: HELENA, Lucia; OLIVEIRA, Paulo César de (org.). Literatura, arte e mercado: XI Seminário Nação-Invenção. Niterói: Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 83-95.
- _____. O Zola da Praia Grande: Figueiredo Pimentel e o naturalismo. In: PIMENTEL, Alberto Figueiredo. O aborto. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 7-14.
- MÉRIAN, Jean-Yves. Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913). Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- PIMENTEL, Alberto Figueiredo. O aborto. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- PINA, Paulo Simões de Almeida. Uma história de saltimbancos: os irmãos Teixeira, o comércio e a edição de livros em São Paulo, entre 1876 e 1929. 2015. 271f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, SP.
- RABELAIS (pseud.. Alfredo Gallis). Volúpias: 14 contos galantes. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1893.
- RENAULT, Décio. A vida brasileira no final do século XIX. Uma visão sociocultural e política de 1890 a 1901. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- RIBEIRO, Júlio. A carne. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- RIVERS, John. Louvet: revolutionist & romance-writer. New York: Brentano's, 1911.
- RIO, João do. Os leitores da Biblioteca. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 6 fev. 1905, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 14 out. 2013.
- ROUANET, Sérgio Paulo. O desejo libertino entre o Iluminismo e o Contra-Iluminismo. In: NOVAES, Adauto (org.). O Desejo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SANTANA, Maria Helena. O naturalismo e a moral ou o poder da literatura. Soletras, São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 30, jul/dez 2015, p. 158-171.
- _____. Pornografia no fim do século: os romances de Alfredo Gallis. Portuguese Literary and Cultural Studies, n. 12, 2004, p. 235-248.
- SIMÕES JUNIOR, Álvaro. A sátira do parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac em periódicos de 1894 a 1904. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- TROUSSON, Raymond. Romance e libertinagem no século XVIII na França. In: NOVAES, Adauto (org.) Libertinos libertários. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 165-183.
- VARTANIAN, Aram. La Mettrie, Diderot, and sexology in the Enlightenment. In: MACARY, Jean (ed.). Essays on the Age of Enlightenment in Honor of Ira O. Wade. Genève: Librairie Droz, 1977, pp. 347-367.
- VENTURA, Antônio. Rabelais, isto é, Alfredo Gallis, o pornógrafo. In: GALLIS, Alfredo. Aventuras galantes. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011, p. 167-174.

VERISSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: Teoria, crítica e história literária (seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa). São Paulo: EDUSP, 1977, p. 179-202.

VIEIRA, Renata Ferreira. Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil. 2015. 154f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Instituto de Letras, UERJ, RJ.

VILLALTA, Luiz Carlos. Leituras libertinas. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n. 48, p. 76-99, jan-dez 2012.

_____. Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa. 1999. 442f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.